

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

REQUERIMENTO Nº , DE 2021 (Da Sra. PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE)

Requer a realização de audiência pública para discutir a Educação e a Desigualdade na Pandemia.

Senhora Presidente:

Requeiro, com fundamento no art. 255 do Regimento Interno, a realização de audiência pública com o objetivo de discutir a Educação e a Desigualdade na Pandemia.

Para tanto, sugere-se que o debate envolva atores relevantes para o aprofundamento do tema, que tomamos a liberdade de sugerir, sem prejuízo de acréscimos por parte das Sras. e Srs. membros da Comissão de Educação:

- **Representante do Ministério da Educação;**
- **Anna Helena Altenfelder**, Presidente do Conselho de Administração e Diretora-Executiva interina do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária - CENPEC;



- **Luiz Miguel Martins Garcia**, Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME;
- **Vitor de Ângelo**, Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação – Consed;
- **Catarina de Almeida Santos**, Professora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (FE-UnB) e integrante da Campanha Nacional pelo Direito à Educação - CNDE;
- **Cléo Manha**, Educadora e assessora política do INESC – instituto de Estudos Socioeconômicos.

JUSTIFICAÇÃO

As profundas desigualdades que marcam a garantia e a efetividade do direito fundamental à educação no Brasil são históricas e estruturais. Diante da tragédia humanitária que já completa mais de um ano em virtude da pandemia da Covid-19, essas desigualdades se acentuaram e a exposição de suas causas e consequências, bem como a discussão sobre as medidas hábeis à sua mitigação, é urgente e deve ser feita, sem prejuízo de outros espaços, no âmbito da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados.

A pandemia da Covid-19 impôs de forma imediata a oferta do ensino remoto a todas as pessoas envolvidas na educação: estudantes, docentes, gestoras/es, técnicas/os e familiares. Essa situação sem precedentes aprofundou as desigualdades e explicitou as limitações ao seu enfrentamento. Os desafios enfrentados não foram iguais e os dados mostram que a pandemia afetou ainda mais a vida escolar do perfil de estudantes que já era mais impactado pela cultura do fracasso escolar: meninas e meninos negros e indígenas, nas regiões norte e nordeste do país.¹

¹ UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância. Enfrentamento da cultura do fracasso escolar. Reprovação, abandono e distorção da idade série. Dados publicados no site da estratégia Trajetórias de Sucesso Escolar (trajetoriaescolar.org.br) do UNICEF e parceiros. Janeiro, 2021. Disponível em: <https://www.cenpec.org.br/pesquisa/enfrentamento-da-cultura-do-fracasso-escolar>, acesso em 19 mar. 2021



Nas casas onde falta saneamento básico e até mesmo o mais elementar dos direitos, a alimentação, é plausível concluir que não há computador e acesso à internet.

Também é plausível supor que a permanência das crianças e adolescentes nas escolas durante a pandemia seja o resultado dos esforços das famílias e de suas condições objetivas na promoção dos acessos que as atividades remotas demandam. Verifica-se menor frequência entre estudantes negros e indígenas, reforçando a necessidade de medidas específicas para esses grupos.²

Dentre os grupos mais afetados pela profunda desigualdade que assola o sistema educacional brasileiro, as especificidades relativas às comunidades quilombolas também devem ser pautadas e consideradas quando se discute o acesso e a garantia da educação no contexto da pandemia.³

Além das dificuldades enfrentadas com o advento do ensino remoto – algumas sanáveis na exata medida do privilégio e da desigualdade – o retorno híbrido não resolverá as enormes lacunas sedimentadas durante o último ano, especialmente quando se trata da assimetria entre as redes pública e privada.⁴

Diante da necessidade de explicitar as desigualdades na educação agravadas pela pandemia e de propor soluções para que seus efeitos não se perpetuem de forma a agravá-las é que se requer a realização da audiência pública para que sejam ouvidos especialistas de modo a subsidiar os membros na elaboração de um plano de trabalho e eventuais ações conjuntas com outras entidades.

2 UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância. Enfrentamento da cultura do fracasso escolar. Reprovação, abandono e distorção da idade série. Dados publicados no site da estratégia Trajetórias de Sucesso Escolar (trajetoriaescolar.org.br) do UNICEF e parceiros. Janeiro, 2021. Disponível em: <https://www.cenpec.org.br/pesquisa/enfrentamento-da-cultura-do-fracasso-escolar>, acesso em 19 mar. 2021

3 Coletivo de Educação da Coordenação Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Brasil – CONAQ. Nota Técnica N° 02. Referente às dificuldades do ensino remoto enfrentadas por professoras/es, estudantes e famílias quilombolas. Disponível em: <http://conaq.org.br/noticias/nota-tecnica-02/>, acesso em 22 mar. 2021

4 MANHAS, Cleo. O recrudescimento da pandemia e a polêmica volta às aulas, INESC, 19 mar. 2021. Disponível em: <https://www.inesc.org.br/o-recrudescimento-da-pandemia-e-a-polemica-volta-as-aulas/>, acesso em 22 mar. 2021



* c d 2 1 1 7 6 9 7 5 9 8 0 0 *

A audiência pública contará ainda com a participação do Poder Executivo e da sociedade civil, visando procurar os meios de garantir o direito universal à educação de qualidade e ao pleno desenvolvimento do educando.

Diante do exposto, e conforme dispositivo regimental, conto com o apoio dos meus ilustres pares nesta Comissão Especial para a aprovação deste requerimento.

Sala da Comissão, em de abril de 2021.

PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE
Deputada Federal
DEMOCRATAS/TO



* C D 2 1 1 7 6 9 7 5 9 8 0 0 *